



Entrevista

TEXTO: CELSO ARNALDO ARAUJO / FOTOS: DIVULGAÇÃO

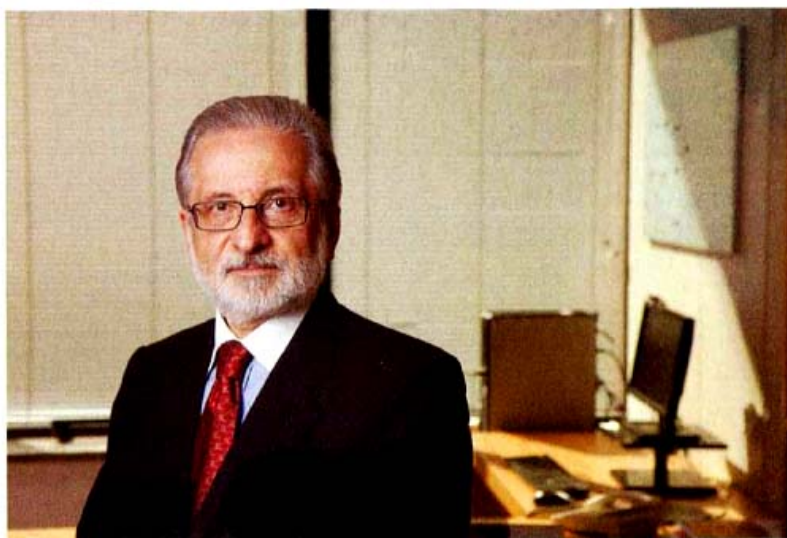
Embaixador Roberto Abdenur O Brasil em linha reta

Em 2013, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO

completa 10 anos de firme atuação em defesa de ações que corrijam os mais variados desvios de conduta nas atividades econômicas – como a concorrência desleal, a informalidade e a pirataria. Seu atual presidente executivo, **Roberto Abdenur**, tem larga experiência no mundo dos negócios, sempre em altíssimo nível – diplomata de carreira, foi embaixador do Brasil no Equador, na Alemanha, na Áustria, na China e nos Estados Unidos. Com ele à frente, o Instituto ETCO renova e reforça seus compromissos com a ética no mundo corporativo. Nesta entrevista exclusiva à Revista ABCFARMA, o embaixador Abdenur fala das frentes de luta da entidade por um Brasil melhor e mais justo

O Brasil é conhecido como o "país do jeitinho" e ainda é muito vulnerável à corrupção. Nesse contexto, qual foi o papel do ETCO nesses 10 anos para um Brasil melhor?

O ETCO vem conduzindo atividades na luta contra variados desvios de conduta que tanto prejudicam o ambiente de negócios e o próprio desenvolvimento econômico do país. É uma entidade dedicada à promoção da ética na competição econômica, mediante ações e iniciativas como o combate à sonegação fiscal, a busca de simplificação do sistema tributário, o combate ao comércio ilegal e à pirataria e a redução da informalidade no mercado de trabalho. O ETCO atua



no sentido de estimular tomadores de decisão, no setor público e no privado, a adotar medidas que inibam a adoção de práticas desleais de concorrência e desvios éticos nos negócios, com três focos de atuação:

- Fomentar estudos e análises sobre os fatores que incentivam esses desvios de conduta, tais como a alta carga tributária e a burocracia atrelada ao sistema tributário, a lentidão do Poder Judiciário e a impunidade.

- Propor e apoiar ações, mudanças em textos legais e práticas administrativas que facilitem a prevenção desses desvios.

- Desenvolver e apoiar ações de conscientização da opinião pública sobre os efeitos sociais e econômicos maléficos dessas ilegalidades e da leniência social. O ETCO se tem dado conta, cada vez mais, da presença da corrupção como fator subjacente a múltiplas distorções na economia, com graves efeitos sobre o ambiente de negó-

cios, o clima para investimentos e as condições de concorrência. Um dos grandes momentos de 2012 nesse tema foi o seminário internacional *O Impacto da Corrupção sobre o Desenvolvimento*, promovido pelo ETCO em conjunto com o jornal *Valor Econômico*. Quanto mais democrático um país, mais transparentes são as contas e gastos públicos e, portanto, menos se criam oportunidades para corruptores e corruptos.

Trabalhar na legalidade é não só uma obrigação como uma segurança indispensável para um setor tão controlado como o mercado farmacêutico. Mas os empresários se queixam da falta de correspondência entre essa carga fiscal e o retorno em serviços. Como o ETCO vê isso?

Este é o grande problema: equilibrar o sistema tributário com os objetivos de desenvolvimento do país. O sistema atual, como sabemos, tem uma carga tributária excessiva para o nível de desenvolvimento e para a



capacidade de gestão do Estado brasileiro. É impressionante verificar que, entre 1988 e 2005, o crescimento da carga tributária ultrapassou o crescimento do PIB, elevando os custos da produção da indústria, que perde competitividade interna e externa, desestimulando novos investimentos e aumentando a sonegação fiscal e a informalidade. Cabe destacar um dado impressionante: a carga tributária sobre medicamentos é de cerca de 35%, uma das maiores do mundo. A essencialidade do bem não é considerada como determinante do nível de tributação. Não está em jogo no Brasil uma reforma tributária que reduza substancialmente a carga, mas uma agenda de simplificação e racionalização do sistema tributário – o que não é pouco e poderia ser um primeiro passo na direção de uma futura evolução. Em 6 de maio, foi entregue à presidente Dilma uma proposta de simplificação do sistema tributário, fruto das ações de um grupo de trabalho coordenado pela Associação Comercial de São Paulo, pela Fecomercio-SP e pelo ETCO, com participação do Sescon. O Banco Interamericano de Desenvolvimento divulgou um estudo que aponta como um dos maiores problemas do Brasil a complexidade do sistema tributário, com a ampla dispersão de alíquotas efetivas num imposto como o ICMS, o que provoca distorções como a chamada guerra fiscal entre Estados.

O ETCO tem informações específicas sobre a pirataria no mercado farmacêutico?

A falsificação de produtos farmacêuticos representa um sério risco à saúde em todo o mundo. A OMS considera o problema da falsificação de medicamentos uma epidemia. Até 1% dos medicamentos disponíveis nos países desenvolvidos estão sujeitos à falsificação, percentual que avança vertiginosamente para uma

média de 10% em âmbito global, puxada por Ásia, África e América Latina, onde a informalidade pode chegar a 30% em alguns mercados. A Anvisa estima que cerca de 20% dos produtos no mercado brasileiro tenham origem fraudulenta – pirateados, contrabandeados ou sem registro. Uma das iniciativas para dar fim à pirataria no setor é o rastreamento de medicamentos. O ETCO realizou, em 2009, o teste-piloto do Sistema de Rastreamento e Autenticidade de Medicamentos, com o acompanhamento de técnicos da Anvisa. O rastreamento ajudará no combate aos roubos de carga e permitirá identificar quem fabricou o produto, quem o vendeu, quem o despachou e quando

“ **A** falsificação de produtos farmacêuticos representa um sério risco à saúde em todo o mundo. A OMS considera o problema da falsificação de medicamentos uma epidemia”.

chegou ao distribuidor e às farmácias. Em abril, a Anvisa encaminhou para consulta pública proposta que cria o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, o que mostra que vamos chegando à etapa final de implementação dessa iniciativa.

Embaixador do Brasil em diversas partes do mundo, como o senhor vê a imagem internacional do Brasil? Ao longo de meus quase 45 anos no Itamaraty, tive a oportunidade de vivenciar numerosas crises econômicas e políticas. Por vezes tocou-me mesmo a necessidade de, como embaixador, atuar em nome do governo no enfrentamento concreto de graves crises, como a segunda crise do petróleo, em 1979-1980 e as dificuldades enfrentadas no início

dos anos 1980 pela crise da dívida da América Latina, que resultaria na declaração de moratória pelo País em 1987. Com a redemocratização e, mais tarde, a estabilização econômica e a abertura da economia graças ao Plano Real, melhorou muito a imagem do Brasil no exterior. A conjunção de uma política econômica sadia com uma política externa ativa levou ao fortalecimento do conceito do País no exterior. O Brasil de hoje, apesar da continuidade de muitos problemas, é visto com respeito e prestígio pela comunidade internacional.

O Brasil tem legislações bastante rigorosas em diversos campos da atividade econômica. No campo concorrencial e no da pirataria, elas não têm sido eficientes, para corrigir os desvios?

Muito se perde com pirataria e falsificação. Produtos piratas não prejudicam apenas os fabricantes, que investiram em pesquisas e tecnologia para desenvolver novos artigos. O consumidor perde em qualidade, garantia e segurança – pois já se comprovou a forte ligação entre pirataria e crime organizado. O País perde em arrecadação de impostos. E em imagem. O Brasil figurou durante anos na “Priority Watch List”, uma lista de países nos quais os direitos de propriedade intelectual não são considerados adequadamente protegidos, o que nos sujeitava ao risco de sanções contra nossas exportações. Hoje, o Brasil é visto de um modo completamente diferente. Em 2011, deixou de figurar nessa lista. Hoje, tramitam no Congresso vários projetos de lei relacionados ao tema, como o PLS 162/2011, que institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária. Podemos citar ainda o PLS Nº 464/2011, que determina a suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na



ABCFARMA

falsificação, adulteração ou alteração de medicamentos, cosméticos e correlatos, entre outras iniciativas. Naquilo que for cabível, e estiver a seu alcance, o ETCO procurará atuar em apoio à iniciativa. É disso que precisamos. Apoiar a aprovação de leis e a atuação conjunta de poderes e instâncias para criar um cerco de combate a todas as formas de comércio ilegal e melhorar as condições de respeito à ética concorrencial.

As empresas multinacionais se sentem seguras em investir aqui? O que ainda precisa ser consertado?

Embora ainda enfrentemos não pequenos desafios no que diz respeito à promoção da ética nos negócios, ao combate à pirataria e a outros desvios de conduta, o Brasil tem logrado progressos significativos no fortalecimento de suas instituições e de seus marcos regulatórios. O ETCO, ao longo de seus dez anos de existência, deu algumas contribuições relevantes para esse efeito. A melhor indicação da segurança de



Economistas calculam que US\$ 1 milhão em recursos desviados de seu destino equivale a US\$ 3 milhões de perdas para a economia como um todo."

empresas multinacionais em investir no País está no fato de que o Brasil é hoje um dos principais destinos de investimentos diretos. Ano passado, recebemos nada menos do que US\$ 60 bilhões de novas inversões, e as perspectivas são animadoras.

A corrupção, sobretudo a que envolve entes públicos, atinge no Brasil níveis epidêmicos, apesar de todos os novos instrumentos de controle, como a busca de transparência de contas públicas. Há uma luz no fim do túnel?

Burocracia, alta carga tributária, complexidade para o pagamento de tributos, percepção de impunidade e falta de consciência da sociedade sobre a ética nos negócios são fatores que contribuem para um terreno mais propício à corrupção. Economistas calculam que US\$ 1 milhão em recursos desviados de seu destino equivale a US\$ 3 milhões de perdas para a economia como um todo. Contudo, tem avançado significativamente no combate à corrupção e na busca da transparência nos últimos anos, com medidas como o Plano de Responsabilidade Fiscal, a criação da CGU, o Portal da Transparência e a Lei de Licitações.

O ETCO atua no sentido de estimular tomadores de decisão, no setor público e no privado, a adotar medidas que inibam a adoção de práticas desleais de concorrência e desvios éticos nos negócios."

Desde a semana passada, o Brasil tem um novo ministério – o da micro e da pequena empresa. O ETCO vê nessa iniciativa um real instrumento de se reduzir o custo Brasil?

Estudo do Banco Mundial, de 2012, mostra que a reforma do sistema tributário, assegurando taxas em nível razoável e facilitando seu pagamento, incentiva empresas locais a se formalizarem. Com isso, aumenta a arrecadação fiscal e as perspectivas de desenvolvimento dos países. Como bem disse a presidente Dilma, quanto mais se desenvolve o país, mais importantes se tornam as micro e pequenas empresas para a economia. E o Brasil está nesse caminho, como mostra o Índice de Economia Subterrânea, divulgado a cada seis meses pelo ETCO em conjunto com o IBRE-FGV. O IES é um dos principais indicadores econômicos das atividades deliberadamente não declaradas com o objetivo de sonegar impostos, sejam atividades lícitas ou não. Em 2003, primeiro ano do índice, essas atividades representavam 21% do PIB. Já em 2012, o percentual caiu para 16,9%. Esta redução se explica pelo importante aumento do mercado de trabalho formal observado no Brasil nos últimos anos.

Para o Instituto ETCO, o Brasil tem remédio?

Começo por afirmar que o Brasil não é um país enfermo. Não há nação no mundo, mesmo entre as mais desenvolvidas, que não enfrente sérios desafios. Como observei anteriormente, a trajetória do Brasil ao longo das últimas cinco décadas foi de crescente progresso político, econômico e social. O que temos a fazer é dar continuidade a toda essa evolução, que é fruto do amadurecimento democrático de nossa sociedade e do reforço de nossas instituições e políticas públicas. ■